

FACULDADE PERNAMBUCANA DE SAÚDE
GRADUAÇÃO EM MEDICINA

A VIVÊNCIA DA VIOLÊNCIA EM MULHERES: UM ESTUDO DE CORTE
TRANSVERSAL

THE EXPERIENCE OF VIOLENCE IN WOMEN: A CROSS-SECTIONAL STUDY

Artigo elaborado para conclusão do
Programa Institucional de Iniciação
Científica referente ao processo seletivo
do edital PIC/2022-2023

RECIFE

2023

Autor correspondente:

Vinícius Eduardo Ferreira da Silva

Graduando do 11º Período de Medicina da Faculdade Pernambucana de Saúde - FPS

E-mail: vinciusedferreiras@gmail.com

Alunos colaboradores:

Fernando Jorge Gusmão Vianna Neto

Graduando do 11º Período de Medicina da Faculdade Pernambucana de Saúde - FPS

E-mail: fernandogusmaoneto@gmail.com

Pedro Manoel Honório Neves da Silva

Graduando do 11º Período de Medicina da Faculdade Pernambucana de Saúde - FPS

E-mail: pedromanoelhns@gmail.com

Orientadora

Mônica Cristina Batista de Melo

Psicóloga pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP;

Especialista em Psicologia Hospitalar;

Mestre e Doutora em Saúde Materno Infantil pelo IMIP;

Pós-doutorado em Ciências da Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte;

Atua como Psicóloga no Laboratório de Avaliação Psicológica (LAP) no IMIP;

Tutora do curso de graduação e pós-graduação em Psicologia da Faculdade Pernambucana de Saúde;

Docente permanente no Mestrado Profissional em Educação para o Ensino na Área de Saúde da Faculdade Pernambucana de Saúde.

E-mail: monicamelo@fps.edu.br

Coorientadora

Melissa Neves Garcia

Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP (2001);

Especializada em Direito Civil e Empresarial pela UFPE (2004);

Psicóloga pela Faculdade Pernambucana de Saúde - FPS (2021);

Mestranda do Mestrado Profissional em Psicologia da Saúde, da Faculdade Pernambucana de Saúde – FPS (2020/2022).

E-mail: melissagarci@gmail.com

RESUMO

Cenário: A presente pesquisa aborda a violência contra a mulher, fenômeno que se manifesta em diferentes âmbitos e apresenta-se como uma das principais formas de violação dos direitos humanos. **Objetivo:** Analisar a vivência, tipologia e aspectos desencadeadores da violência em mulheres. **Método:** Trata-se de um estudo observacional de corte transversal, com mulheres a partir de 18 anos. A coleta de dados foi realizada através de questionário elaborado pelos pesquisadores, utilizando a estratégia Snowball Sampling para recrutamento das participantes. Os dados obtidos foram analisados de forma descritiva. **Resultados:** Responderam à pesquisa 325 participantes de 18 a 67 anos. 61,23% das participantes se reconhecem como vítima de violência psicológica, seguida pela violência moral com 41,54%, violência física com 29,23%, violência sexual com 26,15% e violência patrimonial com 16%. **Conclusão:** Emerge do presente estudo que as mulheres reconhecem a violência pela via da descrição comportamental, mas apresentam dificuldade de identificá-la conceitualmente. Assim, evidencia-se a necessidade de ações de prevenção e promoção de saúde para propiciar reconhecimento da violência e seus tipos, educação continuada, incentivo de mídia e políticas públicas neste sentido. O estudo é subproduto de uma pesquisa de mestrado realizada através da combinação de métodos quantitativo (corte transversal) e qualitativo (análise de entrevistas).

Palavras chave: Violência contra a mulher; Violência; Violência de gênero; Mulheres; Promoção da saúde.

ABSTRACT

Background: This research addresses the issue of violence against women, a phenomenon characterized by its manifestation in various contexts, standing as one of the primary violations of human rights. **Objective:** Analyze the experience, typology, and triggering factors of violence against women. **Method:** The research design involves a cross-sectional observational study involving women aged 18 and above. Data collection utilized a questionnaire developed by the researchers using Google Forms, employing the Snowball Sampling strategy for participant recruitment. Descriptive statistics were employed for data analysis. **Result:** A total of 325 participants, aged between 18 and 67, responded to the survey. Psychological violence was the most common type of violence reported, with 61.23% of participants identifying themselves as victims, followed by moral violence at 41.54%, physical violence at 29.23%, sexual violence at 26.15%, financial violence at 16%. **Conclusion:** Through this study, it emerges that women recognize violence through behavioral descriptions, but there is an observed difficulty in identifying it conceptually. Therefore, it underscores the need for prevention actions, continued educational initiatives, media encouragement, and public policies aimed at this matter. This research represents a byproduct of a master's program research project that employed both quantitative (cross-sectional) and qualitative (interview analysis) methods.

Keywords: Violence Against Women; Violence; Gender-Based Violence; Women; Health Promotion.

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é definida como qualquer ação baseada em gênero, que venha a causar algum dano físico, sexual ou psicológico à mulher, podendo inclusive acarretar em morte. Tal violência representa uma grande causa de morbimortalidade mundial, situando-se com frequência no lar familiar (1). Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), a violência física e/ou sexual já afetou cerca de uma em cada três mulheres no mundo durante a vida, assim como afetou cerca de 30% das mulheres que já estiveram em relacionamentos afetivos (2). No Brasil, dos 3.739 homicídios de mulheres em 2019, 35% foram tipificados como feminicídios e o perfil do agressor segue o padrão global: majoritariamente companheiros e ex-companheiros (1).

Há classificações que diferenciam as formas de violências em física, moral, psicológica, sexual e patrimonial. As violências física e moral são definidas brevemente pela Lei 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha, como quaisquer atos que ofereçam dano à integridade corporal, e como ações com intuito de difamar ou cometer injúria, respectivamente. A violência psicológica se relaciona com atos que atentem contra a autoestima ou a saúde mental, especialmente através de humilhação, constrangimento e tentativas de exercer controle. A sexual se caracteriza por condutas que causem constrangimento ou force mulheres a participarem de atos sexuais não desejados, assim como pela anulação de seus direitos reprodutivos ou sexuais. Já a patrimonial é configurada pela retenção, destruição ou retirada de bens pessoais (3).

Mais comumente, o lar domiciliar é onde a mulher tem o seu companheiro como agressor - o que configura a violência por parceiro íntimo (VPI), sendo eles os responsáveis por cerca de 38% dos casos de feminicídio (4, 5). Fatores predisponentes para a maior chance de morte pelo parceiro incluem uma situação marital não oficializada, histórias repetidas de violência, diferença de idade entre os cônjuges e tentativas prévias de separação pela mulher.

Além disso, mulheres com uma situação socioeconômica, laboral e nível de escolaridade melhores do que os do companheiro estão em maior risco (6).

Assim, os cenários familiar e domiciliar, nos quais o homem costuma ser a figura de poder, destacam-se entre os ambientes relacionados à ocorrência de feminicídio (6). Nesse contexto, grande parcela da violência contra a mulher é cometida por familiares e conhecidos. Tal ato se caracteriza pela invisibilidade, visto que grande parte dos episódios não são denunciados e registrados pelos sistemas de informação, representando uma problemática subnotificada no Brasil (7).

Na região Nordeste, a cidade do Recife contabilizou 9.398 vítimas na capital pernambucana no ano de 2021 (8). Em comunidades do município, a prevalência de vítimas de VPI mostra-se maior entre mulheres pretas ou pardas, mais jovens, sem filhos, sem religião e com oito anos ou menos de estudo. Além disso, mulheres vítimas de violência estão mais suscetíveis a infecções sexualmente transmissíveis, transtornos mentais comuns (TMC), uso e abuso de álcool e outras drogas, transtornos de estresse pós-traumático (9), assim como tentativas de suicídio, gestações indesejadas e abortos induzidos (2).

Em outro estudo, percebeu-se que a idade média das vítimas é de 35,72 anos, e que diferentes faixas etárias também configuram diferentes agressores: dos 20 aos 50 anos, os companheiros são os agressores mais comuns; já acima dos 60, familiares e conhecidos, em especial cuidadores, ocupam esse lugar (10).

Sabendo que a violência contra a mulher é um problema de saúde pública, é necessário entender como se dão as relações familiares e como essas se transmitem através de gerações. Nas famílias caracterizadas pelo autoritarismo e pela rigidez, perpetuam-se repetições de comportamentos, estabelecendo-se relacionamentos que têm a violência como base (11). Crianças que experienciaram violência na infância podem sofrer uma série de transtornos comportamentais e emocionais (2), assim como podem vir a construir relações conjugais

semelhantes às vivenciadas e internalizadas no seio familiar (11). Violência sexual na infância, baixa escolaridade, maltrato infantil, atitudes violentas, desigualdade de gênero (2), abuso de substâncias por parte dos pais e abandono materno são alguns dos principais fatores de risco que contribuem com a perpetuação da transgeracionalidade da violência (11).

Na adolescência, os tipos de violência mais comuns são, respectivamente, a física e a sexual (12). Mesmo nesse grupo de idade, a VPI representa um fenômeno de grande magnitude entre as diversas classes sociais, sendo a violência verbal/emocional a mais frequente nesses casos (13). Dentre as mulheres idosas, as principais características das vítimas são demência, dependência física e intelectual, comportamento agressivo e depressão (14). As agressões físicas e sexuais costumam ocorrer na residência das vítimas e partir de membros da família ou conhecidos (15).

Populações mais vulneráveis, em especial mulheres negras e pobres, estão cada dia mais sujeitas à demissão e ao corte salarial. Sendo assim, o desemprego e a dependência financeira diminuem ainda mais as chances das mulheres romperem os relacionamentos abusivos (1). Vale pontuar que a violência contra a mulher provoca impactos econômicos que afetam não somente o núcleo familiar envolvido, como também a sociedade, uma vez que ocorre perda de capital humano devido a mortes prematuras de mulheres, em sua maioria jovens, que seriam aptas a trabalhar e contribuir para a sociedade (16).

A violência contra a mulher é uma temática antiga, perpetuada ao longo da história e que vem crescendo atualmente. De acordo com a OMS, a violência contra a mulher triplicou durante a pandemia da COVID-19. Em reflexo disso, houve um aumento de 18% das denúncias de violência doméstica pelo “Ligue 180” em Março de 2020 (1).

Considerando a situação vigente no que diz respeito à violência contra a mulher, é necessária a vigilância e a identificação do perfil sociodemográfico das mulheres que sofrem ou que já sofreram com esta problemática.

Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivos analisar a vivência da violência na ótica das mulheres e pessoas do gênero feminino, sua tipologia e quais os fatores que podem levar à ocorrência do comportamento violento.

MÉTODO

Trata-se de um estudo observacional do tipo corte transversal, cuja principal finalidade é a obtenção de dados fidedignos, que permitam formular conclusões confiáveis e gerar hipóteses que possam ser investigadas por novos estudos. A presente pesquisa foi realizada em ambiente virtual, através do envio de um questionário, elaborado pelos pesquisadores e disponibilizado na plataforma Google Forms durante 15 dias do mês de maio de 2023. Seu envio ocorreu após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade Pernambucana de Saúde (CEP-FPS).

A amostragem se deu por conveniência, através da estratégia “Snowball Sampling”. As participantes foram abordadas através de um convite virtual, enviado via WhatsApp, contendo link de acesso ao formulário. Tal questionário abordava os dados sociodemográficos das integrantes, bem como dados descritivos acerca da vivência dos diferentes tipos de violência. Antes de responder, foram informadas acerca do estudo, seus objetivos e a importância da fidedignidade das respostas.

Foram avaliadas um total de 325 participantes, as quais foram incluídas mulheres e pessoas do gênero feminino com idade superior a 18 anos, mediante a aceitação e assinatura virtual do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) antes do início do questionário.

Os dados foram coletados, revisados e em seguida transcritos pelos pesquisadores para uma base de dados no aplicativo Planilhas Google. Ao término, o banco de dados foi analisado e corrigido de forma a evitar vieses, com posterior análise estatística descritiva e formulação de tabelas com suas respectivas análises e discussão.

RESULTADOS

Conforme a tabela 1, referente aos dados sociodemográficos, trezentos e vinte e cinco mulheres participaram do estudo. Do total, a média de idade foi de 37,83 anos, variando de 18 a 67 anos, sendo a moda e a mediana de 44 e 38 anos respectivamente. Quanto ao gênero, quase a totalidade referiu ser do gênero feminino (99,38%), enquanto somente uma participante identifica-se como gênero fluído e uma outra não binário. Acerca da raça, 60,61% se declara branca, seguida por pardas (30,15%) e negras (7,07%). No grupo estudado, 54,46% segue a religião católica, todavia 21,23% não possui religião. Quanto à escolaridade, 68,92% possui formação superior completa e 25,53% formação superior incompleta. 5,53% das participantes não concluíram o ensino médio.

Ao observar a condição econômica, constatou-se que 77,23% possuem fonte de renda própria, das quais 52,30% constituem emprego formal e 8,92% trabalham de maneira autônoma, de acordo com a tabela 1. Em relação ao valor salarial mensal, cerca de 28% não dispõe de renda própria, 8,61% recebem menos que 1 salário-mínimo, enquanto 26,15% possuem renda superior a 5 salários-mínimos.

Quanto ao estado civil, 45,23% das participantes se declara separada, seguida por solteira (35,69%), divorciada (10,76%), casadas (5,84%) e em união estável (1,53%). Pouco mais da metade das participantes têm filhos. Cerca de 30,15% possuem de 2 a 3 filhos, e 20% com apenas 1 filho. Por outro lado, 47,69% não possuem filhos.

Quanto à violência psicológica, 61,23% afirmaram já terem sofrido com esse tipo de violência, como indica a tabela 2. Destas, 11,07% não identificaram o agressor, enquanto 12,61% reconheceram o agressor como sendo o ex-namorado, seguidas por ex-marido/ex-companheiro (10,15%), pai (8,61%), pessoas de vínculo profissional (8,61%),

mãe (6,76%), marido/companheiro (5,84%), outros familiares (5,53%), namorado (3,64%) irmãos (2,15%) e amigos (2,15%), em ordem decrescente.

No âmbito da violência psicológica, conforme a tabela 3, quanto à percepção de já ter sido humilhada, constrangida ou ridicularizada por alguém, 29,23% responderam que nunca, 20% uma vez, 49,84% mais de uma vez e 0,92% sempre/cotidianamente. No que diz respeito à possibilidade de já ter sido ameaçada, perseguida, vigiada, manipulada, chantageada ou explorada por alguém, 55,07% nunca foram, 15,69% foram uma vez, 28,92% mais de uma vez e 0,30% responderam que sempre/cotidianamente. Já quanto a já ter sido proibida de viajar, estudar, conviver com amigos, parentes ou de expressar suas crenças, 69,53% responderam que nunca foram, 8% foram uma vez, 21,53% mais de uma vez e 0,92% sempre/cotidianamente.

Por fim, as participantes foram perguntadas se reconhecem algum fator causal, com as respostas sendo categorizadas posteriormente em fatores psicológicos (competitividade, ciúme, inveja, ou outros sentimentos e emoções), sociais (renda, status, desigualdade de gênero, racial e/ou financeira, religião, uso de álcool ou outras drogas, término de relacionamento) e fatores profissionais (ligados ao ambiente de trabalho), descritas na tabela 4.

Em relação à violência psicológica, 76% optaram por não especificar o fator causal e das que especificaram, 12% reconheceram fatores psicológicos, 11,38% fatores sociais e 0,61% fatores profissionais, em ordem decrescente.

Conforme a tabela 2, 29,23% das participantes reconhecem ter sofrido violência física. Destas, 1,53% optam por não identificar o agressor; 5,84% apontam o pai; 5,23% apontam a mãe; 4,92% têm o ex-marido/ex-companheiro como agressor; 4,61%, o ex-namorado; 2,46%, o marido/companheiro; 1,84%, irmãos; 1,53%, o namorado atual; 0,61%, outros familiares; 0,30% reconhece amigos como agressores; e nenhuma das participantes aponta pessoas de

vínculo profissional.

Como se observa na tabela 2, quando questionadas se já sofreram ofensas à integridade física, 56,92% apontam que nunca sofreram, 18,76% foram vítimas uma vez, 23,38% foram mais de uma vez, e 0,92% são vítimas sempre/cotidianamente. Quando perguntadas se alguém já atirou objetos, empurrou, apertou, sacudiu, ou tentou estrangular ou sufocá-las, 63,69% apontam que nunca, 17,84% uma vez, 18,46% mais de uma vez, e nenhuma é vítima cotidianamente. Quanto a cortes ou perfurações, 92% nunca foram vítimas, 4% foram uma única vez, 4% foram mais de uma vez, e nenhuma delas é vítima cotidianamente.

No que diz respeito à violência física, em congruência com a tabela 4, 77,53% não especificam fator causal, 13,23% reconhecem fatores sociais, 0,61% reconhecem fatores profissionais, enquanto nenhuma reconhece fatores psicológicos como causa.

Conforme a Tabela 2, 26,15% participantes reconhecem terem sido vítimas de violência sexual. Destas, 7,07% optam por não identificar o agressor; 6,15% apontam familiares que não pai, mãe ou irmão; 4,92% apontam ex-namorado; 4% têm amigos como agressores; 1,84%, o ex-marido/ex-companheiro; 0,61% apontam o marido/companheiro atual; e 0,30% aponta o namorado atual, 0,30% aponta pessoa de vínculo profissional. Enquanto isso, nenhuma participante aponta mãe, pai ou irmãos. 3,07% apontam outros.

Quando questionadas se já foram obrigadas a participar de relações sexuais, 84,92% apontam que nunca sofreram, 6,15% foram vítimas uma vez, 8,92% mais de uma vez, e nenhuma delas é vítima sempre/cotidianamente. Perguntadas se já foram proibidas de usar anticoncepcional, 97,53% participantes apontam que nunca sofreram, 0,61% foram vítimas uma vez, 1,84% das entrevistadas foram mais de uma vez, e nenhuma delas é vítima sempre/cotidianamente. Quanto a terem sido coagidas a realizar aborto, 94,69% nunca foram vítimas, 5,53% foram uma única vez, 0,30% foi mais de uma vez, e nenhuma delas é vítima

cotidianamente. (Tabela 3)

No que diz respeito à violência sexual, 95,69% participantes não especificam fator causal, 4,00% reconhecem fatores sociais, 0,61% reconhecem fatores psicológicos, enquanto nenhuma delas percebe fatores profissionais como causa. (Tabela 4)

No grupo estudado, 16% dos participantes reconhecem ter sofrido violência patrimonial. Dentre elas, 4% identificam o ex-marido ou ex-companheiro como os agressores; 3,08% optam por não identificar o agressor; 2,15% apontam o pai; 2,15% apontam o marido ou companheiro; 1,85% identificam o ex-namorado; 0,92% identificam o namorado; 0,92% identificam outros familiares; 0,62% identificam pessoas de vínculo profissional; 0,62% identificam a mãe; 0,62% identificam irmão ou irmã; 0,62% identificam outros indivíduos não especificados nos grupos; 0,31% identifica amigos como os agressores. (Tabela 2)

Questionamento se alguém já tentou controlá-las financeiramente ou se já foram impedidas de utilizar seus bens materiais, 88,31% responderam que nunca sofreram, 5,85% foram vítimas uma vez, 5,54% mais de uma vez e 0,31% é vítima cotidianamente. Perguntadas se alguém já destruiu objetos ou documentos seus ou os teve falsificados, 92,31% apontam que nunca, 4,92% uma vez, 2,77% mais de uma vez, e nenhuma se considera vítima cotidianamente. Quando questionadas se alguém já as obrigou a fazer financiamentos contra vontade própria, 95,38% responderam que nunca, 3,08% uma única vez, 1,54% mais de uma vez, e nenhuma delas é vítima cotidianamente. (Tabela 3)

Quando avaliada a violência patrimonial, 96,92% das participantes não especificam fator causal, 2,77% reconhecem fatores sociais, 0,31% fatores psicológicos e nenhuma delas reconhece fatores profissionais. (Tabela 4)

Dentre as participantes, 41,54% participantes reconhecem ter sofrido violência moral. Destas, 15,69% identificam pessoas de vínculo profissional como os agressores, 7,69% optam

por não identificar o agressor, 4,31% apontam o ex-marido ou ex-companheiro, 4,31% o ex-namorado, 3,08% o marido ou o companheiro, 2,46% o pai, 2,46% outros familiares, 1,23% amigos, 1,23% apontam outros indivíduos não especificados nos grupos, 0,92% apontam a mãe, e 0,92% apontam irmão ou irmã como os agressores. (Tabela 2)

Questionadas se já foram acusadas indevidamente de traição, roubo ou algum crime, 72% responderam que nunca, 16,31% foram vítimas uma vez, 11,69% mais de uma vez, e nenhuma delas é vítima cotidianamente. Perguntadas se já tiveram suas vidas íntimas expostas através de fotos, vídeos ou relatos, 89,85% informaram que nunca, 8,62% uma vez, 1,54% mais de uma vez e nenhuma se considera vítima cotidianamente. Quanto ao questionamento de se alguém já espalhou mentiras ou questionou o caráter das participantes, 51,08% responderam que nunca, 20,92% uma única vez, 27,38% mais de uma vez e 0,62% delas são vítimas cotidianamente.

Quanto ao reconhecimento de possíveis fatores causais, 79,38% não especificam um fator causal, 13,85% atribuem a fatores sociais, 4% identificam fatores profissionais, e 2,77% reconhecem fatores psicológicos. (Tabela 4)

Por fim, no que se refere ao entendimento da violência, a presente amostra aponta para uma falta de compreensão acerca da definição de suas diferentes tipologias, visto que grande parcela das participantes que alegaram não ter sofrido violência identificaram situações em que foram vítimas. Dessa forma, das 230 participantes que alegaram não ter sofrido violência física, 83 identificaram situações descritas de violências vividas. Este dado se repete em 63 participantes, no que tange à violência psicológica, 14 participantes para a violência sexual, 28 para a patrimonial e 86 para a violência moral. Portanto, quando analisados tais dados, foram obtidos novos valores percentuais quanto à vivência das violências, com 80% das participantes sofrendo violência psicológica, 68% moral, 54% física, 30% sexual, e 24% patrimonial.

DISCUSSÃO

Na presente pesquisa, as participantes responderam sobre violências e identificaram o tipo de relação com o agressor em questão, assim como apontaram os possíveis fatores contribuintes de acordo com suas vivências e entendimentos.

É possível perceber que no âmbito da violência psicológica, mais da metade das participantes (61,23%) referem que já sofreram com tal problemática, conforme tabela 2. Estes dados estão em conformidade com parte da literatura, que aponta a maior prevalência das violências vivenciadas pelas mulheres sendo do tipo psicológica (17).

Um estudo epidemiológico, transversal, realizado entre usuárias da Atenção Primária de Saúde no Espírito Santo em 2014, com objetivo de estimar prevalência e fatores associados à violência praticada por parceiro íntimo, demonstrou resultados que sinalizam o abuso psicológico como o tipo de violência mais frequente (57,6%), corroborando com os achados de outro estudo transversal realizado no mesmo ano com mulheres de Recife, Pernambuco, em que o abuso psicológico também foi o mais frequente (17).

Entretanto quando se observa esse tipo de violência no Brasil e sua interação com a desigualdade de gênero, uma pesquisa realizada em 2021, pelo Instituto de Pesquisa DataSenado em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência (OMV), apontou a violência física como a principal (79%), seguida pela psicológica (58%), moral (48%), patrimonial (25%) e sexual (22%), respectivamente. Além disso, notou-se que todos os tipos de violência, exceto o físico, tiveram aumento no número absoluto das menções (18).

Quanto ao agressor, o presente estudo aponta a maioria formada por pessoas que possuíam uma relação íntima prévia com a participante, sendo o principal o ex-namorado, constituindo 12,61% dos casos, seguido pelo ex-marido/ex-companheiro (10,15%). Tal quantitativo sugere que as mulheres estão cada vez mais conscientes acerca da violência

psicológica, desmistificando que a violência por parceiro íntimo é uma situação irremediavelmente crônica (17).

Em contrapartida, os parceiros íntimos atuais (marido/companheiro e namorado) somaram 9,53% dos casos, sugerindo uma repetição de experiências das participantes. De acordo com uma revisão sistemática de literatura, que objetivou analisar a produção científica de estudos empíricos da Psicologia brasileira sobre o fenômeno da violência contra a mulher por parceiro íntimo, esse fator pode ter como justificativa a propensão da mulher ao autossacrifício. Outra possibilidade seria a vivência do casal norteadada por ciúmes e a complexidade de romper com relacionamento abusivo, contribuindo para a perpetuação deste padrão de violência. Tais circunstâncias acarretam repercussões consideráveis, incluindo alterações nas dinâmicas das relações sociais, além de prejuízos de natureza física e psicológica a longo prazo (19).

No âmbito familiar, os genitores assumem um papel predominante na violência física - o pai detém uma participação de 8,61%, enquanto a mãe detém 6,76% dos casos, de acordo com os resultados. A literatura científica identifica uma correlação intrínseca entre a violência observada no contexto da família de origem e a manifestada nas relações conjugais, sugerindo a existência de um padrão de perpetuação e recorrência de comportamentos agressivos, que se transmite através de gerações (19).

Pôde-se perceber que 5,84% das participantes reconhecem o pai como o principal agressor de violência física, seguido da mãe (5,23%), apontando para a ocorrência deste tipo de violência no ambiente doméstico. Em acordo com tal dado, um estudo descritivo epidemiológico baseado em dados obtidos no Sinan-NET (Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação), em 2021, evidenciou que o maior percentual de violência física doméstica acomete as meninas, e os principais agressores são, de fato, pai e mãe, respectivamente. O estudo também aponta que o padrasto agride mais frequentemente

do que a madrasta. Dessa forma, tais dados podem decorrer do entendimento do homem de que o controle comportamental e do corpo de seus filhos faz parte do papel paterno. Assim, compreende-se que o poder que os pais têm sobre os filhos, aliado à compreensão da criança como propriedade dos genitores, corrobora para a legitimação da violência física contra os filhos (20).

As respostas também apontam ex-marido/ex-companheiro (4,92%) e ex-namorado (4,92%) como agentes importantes dentre os agressores de violência física, seguidos por marido/companheiro atual (2,46%), evidenciando violência por parceiro íntimo (VPI). Em contraste com a atual pesquisa, um estudo ecológico realizado em 2021, responsável por analisar os registros de violência física contra a mulher pelo parceiro íntimo no estado do Paraná, de 2009 a 2016, evidenciou 14.793 casos notificados, sendo nesse caso o atual cônjuge o principal agressor, seguido pelo ex-cônjuge (21).

Dentre as participantes vítimas de violência sexual, 7,07% optam por não identificar o agressor, enquanto dentre os identificados a maioria reconhece outros familiares, que não pai e mãe ou irmãos, como os autores da violência (6,15%). Um estudo de 2021, realizado através da análise da base de dados do SINAN, em Belém - Pará, analisou notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes, revelando maior vulnerabilidade na faixa etária de 10-14 anos entre meninas. Ademais, analisou-se o vínculo com o agressor, evidenciando conhecidos da vítima e da família como principais perpetradores da violência sexual contra crianças e adolescentes (22).

Já uma pesquisa realizada em 2017, através de análise documental de um hospital público de Fortaleza, indica que, com o avançar da idade da vítima, o principal autor do estupro passa a ser o indivíduo desconhecido. Assim, a violência por agressor conhecido, normalmente familiar, é mais comum entre mulheres mais jovens e se relaciona com uma

menor taxa de denúncias e maior número de episódios, diferente dentre as mulheres adultas. Ademais, evidencia-se que quanto a violência sexual ocorre de forma intrafamiliar pode haver comprometimento da saúde das vítimas, pela relação com o agressor, assim como pela frequência e maturidade para entender a agressão (23).

Quanto à violência patrimonial, evidenciou-se através do questionário que a maioria das participantes identifica ex-companheiros/ex-maridos como autores da violência (4%), seguidos de agressores não identificados (3,08%), maridos/companheiros (2,15%) e pais (2,15%), configurando majoritariamente figuras masculinas e fortemente atreladas ao ambiente intradomiciliar. Tais achados são concordantes com a literatura, conforme observado no Dossiê Mulher, realizado pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP/RJ) em 2022, que evidenciou que companheiros e ex-companheiros representam a maioria dos autores, representando 55% da totalidade. Na mesma pesquisa, observou-se que se tal percentual for somado ao correspondente a pais, padrastos, parentes e conhecidos, a parcela totaliza 69,9%, verificando-se um número maior de vítimas com vínculos ou relação de proximidade ao agressor (24).

Observa-se ainda que a violência patrimonial é o tipo menos frequente dentre as avaliadas na atual pesquisa, com um total de 18% participantes referindo terem sido vítimas. Tal achado é novamente condizente com a literatura, conforme o Dossiê Mulher do ISP/RJ em 2022 onde as participantes constataram que: 33,7% já havia sofrido violência psicológica; 32% física; 23,6 % moral; 5,7% sexual e 5% patrimonial. Entretanto, é possível que a falta de conhecimento leve muitas vítimas a ignorarem o fato de que a retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus bens configuram crimes previstos na lei Maria da Penha, resultando numa dificuldade maior de reconhecer a situação de violência em que se encontram e denunciar o ocorrido (24).

Dentre as tipologias estudadas, a violência moral se comportou de forma majoritariamente distinta quanto ao perfil do agressor, com 15,69% das vítimas identificando pessoas vinculadas ao trabalho como perpetradores. Tais achados foram de encontro ao que foi exposto no Dossiê Mulher, onde foi demonstrado que a violência moral em sua maioria foi praticada por companheiros ou ex-companheiros, totalizando 41,0% do total de agressores. Tal discordância enfatiza o aspecto ocupacional relacionado a esta tipologia, definido como comportamentos abusivos no ambiente de trabalho que provocam sérios danos ao bem estar físico, psicológico, financeiro e social ao trabalhador e seus familiares (24).

Afinal, foi observado ainda uma falta de compreensão acerca da definição de violência contra a mulher, além de dificuldade na identificação de suas tipologias. Tal informação corrobora achados provenientes da literatura, conforme afirmado em uma pesquisa de avaliação do grau de conhecimento da Lei Maria da Penha, realizada em 2020, onde apesar da totalidade das participantes conhecerem a Lei, uma quantidade considerável demonstrou desconhecimento total ou parcial da aplicabilidade prática da mesma, interferindo em sua eficiência integral e, conseqüentemente privando as vítimas da possibilidade de recorrer a meios legais (25).

CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo a análise das diversas tipologias de violência vivenciadas por mulheres, bem como a identificação do nível de vínculo com o agressor em questão, e a determinação dos potenciais fatores causais com base nas percepções e compreensões das participantes. Desta forma, foi possível analisar que a violência psicológica foi a tipologia mais frequente reconhecida pela vítima, seguida pela violência moral, física, sexual e patrimonial, respectivamente.

Já descritivamente, quando realizadas perguntas exemplificando as violências supracitadas, houve um aumento importante dos valores absolutos em todas as tipologias mencionadas. No entanto, apesar do acréscimo, as categorias mais frequentes foram mantidas conforme o questionário tipológico, não alterando a ordem de prevalência. Tais dados remetem a uma dificuldade da identificação da violência mediante tipologia, com reconhecimento após descrição.

Ademais, pôde-se observar que, majoritariamente, as participantes foram vítimas de violência por pessoas de convívio próximo, tais como os pais, no âmbito da violência física, ex-namorado na psicológica, ex-companheiro/ex-marido na patrimonial, e pessoas vinculadas ao trabalho, na violência moral. No que diz respeito à violência sexual, observou-se que a maior parte das participantes optou por não identificar o agressor, e dentre as que identificaram, outros familiares emergiram como agressores mais comuns.

Diante do apresentado, mostra-se imprescindível a realização de medidas públicas para maior reconhecimento das violências, especialmente no que diz respeito aos atos cometidos por parceiro íntimo e no contexto familiar. O estudo reforça, ainda, a necessidade de formar profissionais capacitados para prevenir, suspeitar, detectar e notificar casos de violência no cotidiano, como uma estratégia para reverter a invisibilidade desta problemática. Assim, corrobora-se a importância de cobrar ações continuadas e maiores esforços por parte de setores governamentais e sociais, de maneira multidisciplinar, a fim de promover a conscientização da importância da notificação.

Desta forma, os resultados disponibilizados no presente estudo podem servir como ferramenta para o enfrentamento da violência contra a mulher através da elaboração de um produto técnico que vise auxiliar na identificação da violência por parte das vítimas que, conforme demonstrado no estudo, muitas vezes sofrem suas consequências sem identificar a situação em que se encontram como um crime gravíssimo. No mais, sugere-se ainda a formulação de mais estudos com análises estatísticas robustas visando evidenciar associações anunciadas por meio dos resultados da presente pesquisa.

REFERÊNCIAS

1. Reis AP, Góes EF, Pilecco FV, Almeida MCC, Diele-Viegas LM, Menezes GMS, Aquino EML. Desigualdades de gênero e raça na pandemia de COVID-19: implicações para o controle no Brasil. *Saúde em Debate*. 2020 Dezembro 12. [acesso em 18/04/2023]. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/1625/2593/2708>
2. Bastos LFCS. OPAS/OMS Brasil - Folha informativa - Violência contra as mulheres | OPAS/OMS [Internet]. Pan American Health Organization / World Health Organization. 2018. [acesso em 18/04/2023]. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5669:folha-informativa-violencia-contra-as-mulheres&Itemid=820
3. Guimarães MC, Pedroza RLS. Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. *Psicologia & Sociedade* [Internet]. 2014 Março 19; 27(2): 256–266 [acesso em 18/04/2023]. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v27n2/1807-0310-psoc-27-02-00256.pdf>
4. Moroskoski M, Brito FA, Queiroz RO, Higarashi IH, Oliveira RR. Aumento da violência física contra a mulher perpetrada pelo parceiro íntimo: uma análise de tendência. *Ciência & Saúde Coletiva* [Internet]. 2021 [acesso em 28/07/2022]; 26(3): 4993–5002. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csc/2021.v26suppl3/4993-5002/pt>
5. Lucena KDT, Vianna RPT, Nascimento JA, Campos HFC, Oliveira ECT. Association between domestic violence and women's quality of life. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*. 2017 [acesso em 20/08/2022]; 25: e2901. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rlae/v25/pt_0104-1169-rlae-25-e2901.pdf

6. Meneghel SN, Portella AP. Femicídios: conceitos, tipos e cenários. *Ciência & Saúde Coletiva* [Internet]. 2017 [acesso em 19/04/2022]; 22(9):3077–86. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v22n9/1413-8123-csc-22-09-3077.pdf>
7. Garcia LP. A magnitude invisível da violência contra a mulher. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*. 2016; 25(3): 451–4.
8. Soares A. Governo do Estado de Pernambuco - Estatísticas [Internet]. Governo do Estado de Pernambuco. 2021 [acesso em 18/04/2022]. Disponível em: <https://www.sds.pe.gov.br/estatisticas/40-estatisticas/178-violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher>
9. Curia BG, Gonçalves VD, Zamora JC, Ruoso A, Ligório IS, Habigzang L. Produções científicas brasileiras em psicologia sobre violência contra mulher por parceiro íntimo [Internet]. *Psicologia: Ciência e Profissão*. 2019 Março 01. [acesso em 20/04/2022] 2020; 40. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v40/1982-3703-pcp-40-e189184.pdf>
10. Bernardino ÍM, Barbosa KGN, Nóbrega LM, Cavalcante GMS, Ferreira EF e, d'Avila S. Violence against women in different stages of the life cycle in Brazil: an exploratory study. *Revista Brasileira de Epidemiologia* [Internet]. 2016 Jun 15. [acesso em 20/04/2022] 19(4): 740–52. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbepid/v19n4/1980-5497-rbepid-19-04-00740.pdf>
11. Sant'Anna TC, Penso MA. A transmissão geracional da violência na relação conjugal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* [Internet]. 2018 Mar 12. [acesso em 20/04/2022] 33(0). Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbepid/v19n4/1980-5497-rbepid-19-04-00740.pdf>

12. Pereira VO, Pinto IV, Mascarenhas MD, Shimizu HE, Ramalho WM, Fagg CW. Violências contra adolescentes: análise das notificações realizadas no setor saúde, Brasil, 2011-2017. *Revista Brasileira de Epidemiologia* [Internet]. 2020 [acesso em 18/04/2022]; 23(1). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/ghZx3zYQMKzMFTSBX3fXMLR/?lang=pt&format=pdf>
13. Brancaglioni BC, Fonseca RM. Violência por parceiro íntimo na adolescência: uma análise de gênero e geração. *Revista Brasileira de Enfermagem*. 2016; 69(5): 946–55.
14. Oliveira MS, Alarcon MF, Mazzetto FM, Marin MJ. Agressores de pessoas idosas: interpretando suas vivências. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*. 2021; 24(6).
15. Guimarães AP, Górios C, Rodrigues CL, Armond JE. Notification of intrafamily violence against elderly women in the city of São Paulo. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*. 2018; 21(1): 88–94.
16. Rodrigues AF, Raupp FM. Femicídios Íntimos e os Custos Econômicos: um Estudo no Âmbito de Santa Catarina. *Sociedade, Contabilidade e Gestão* [Internet]. 2020 [acesso em 22/04/2022]; 15(3): 109–23. Disponível em: <https://revistas.ufjf.br/index.php/scg/article/view/28717>
17. Santos IB dos, Leite FMC, Amorim MHC, Maciel PMA, Gigante DP. Violência contra a mulher na vida: estudo entre usuárias da Atenção Primária. *Ciência & Saúde Coletiva* [Internet]. 2020 [acesso em 10/07/2023]; 25(5): 1935–46. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/R64vx7t9ykhCH54DTfSFvjv/?format=pdf&lang=pt>
18. DataSenado. Pesquisa DataSenado: Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher [Internet]. [acesso em 20/03/2023]. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2021/12/09/pesquisa-violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher_relatorio-final.pdf

19. Curia BG, Gonçalves VD, Zamora JC, Ruoso A, Ligório IS, Habigzang L. Produções Científicas Brasileiras em Psicologia sobre Violência contra Mulher por Parceiro Íntimo. *Psicologia: Ciência e Profissão*. 2020; [acesso em 20/08/23]; 40. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/V8jcXqbrLxts8r5jqzQ8LPv/>
20. Riba AC, Zioni F. O corpo da criança como receptáculo da violência física: análise dos dados epidemiológicos do Viva/Sinan. *Saúde em Debate* [Internet]. 2022 Dez [acesso em 20/08/2023]; 46:193–207. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/wWLKcFxNftS8jtZMJPXTCWH/?format=pdf&lang=pt>
21. Moroskoski M, Brito FAM de, Queiroz RO, Higarashi IH, Oliveira RR de. Aumento da violência física contra a mulher perpetrada pelo parceiro íntimo: uma análise de tendência. *Ciência & Saúde Coletiva* [Internet]. 2021 Out 26 [acesso em 20/08/2023]. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csc/2021.v26suppl3/4993-5002/pt>
22. Martins MMP, Veloso MMX, Cabral IR. Violência sexual contra crianças e adolescentes: análise das notificações a partir do debate sobre gênero [Internet]. 2021 Abr [acesso em 20/08/2023]; 29:134-150. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/desi/n29/n29a09.pdf>
23. Nunes MCA, Lima RFF, Moraes NA de. Violência Sexual contra Mulheres: um Estudo Comparativo entre Vítimas Adolescentes e Adultas. *Psicologia: Ciência e Profissão*. [Internet]. 2017 Dec;37(4):956–69; [acesso em 20/08/2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003652016>
24. Oliveira E, Pereira C, Medeiros C, Moreira N, Marques P, Figueiredo T, Cardozo V. Dossiê Mulher [Internet]. 2022 [acesso em 01/10/2023]. Disponível em: https://arquivo.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/DossieMulher2021.pdf

25. Ferraz BD, Silva SA, Simões IAR. Percepção Da População Feminina Sobre A Lei Maria Da Penha [Internet] *Enferm. Foco* 2020; 11 (4) 101-106. [acesso em 01/10/2023]. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/3260/958>

ILUSTRAÇÕES

Tabela 1: Dados sociodemográficos da amostra

Dados sociodemográficos

Variáveis			
Idade	n=325	Percentual	
18 - 28 anos	95	29,23%	
29 - 39 anos	78	24%	
40 - 50 anos	89	27,38%	
51 - 60 anos	49	15,07%	
Acima de 60 anos	14	4,30%	
Gênero	n=325	Percentual	
Feminino	323	99,38%	
Não Binário	1	0,30%	
Fluído	1	0,30%	
Escolaridade	n=325	Percentual	
Lê e escreve	1	0,30%	

Fundamental Incompleto	1	0,30%
Fundamental Completo	8	2,46%
Médio Incompleto	8	2,46%
Médio Completo	0	0,0%
Superior Incompleto	83	25,53%
Superior Completo	224	68,92%

Atividade remunerada	n=325	Percentual
Possui atividade remunerada	251	77,23%
Não possui atividade remunerada	74	22,76%

Tipo de atividade remunerada	n=325	Percentual
Trabalho Formal	170	52,30%
Autônomo	29	8,92%
Estágio profissional	19	5,84%
Aposentadoria	6	1,84%
Auxílio	2	0,61%

Bolsa de estudos	4	1,23%
Não especificado	21	6,46%

Renda mensal	n=325	Percentual
Sem renda própria	91	28%
Até 1 salário mínimo	28	8,61%
> 1 - 3	72	22,15%
> 3 - 5	49	15,07%
> 5	85	26,15%

Raça	n=325	Percentual
Branca	197	60,61%
Parda	98	30,15%
Preta	23	7,07%
Amarela	5	1,53%
Indígena	2	0,61%

Estado Civil	n=325	Percentual
---------------------	--------------	-------------------

Solteira	116	35,69%
Casada	19	5,84%
União Estável	5	1,53%
Separada	147	45,23%
Divorciada	35	10,76%
Viúva	3	0,92%

Religião	n=325	Percentual
Católica	177	54,46%
Evangélica	23	7,07%
Espírita	45	13,84%
Sem religião	69	21,23%
Matriz Africana	4	1,23%
Outros	7	2,15%

Quantidade de filhos	n=325	Percentual
Não possui	155	47,69%

1 filho	65	20%
2 a 3 filhos	98	30,15%
4 a 5 filhos	7	2,15%

Tabela 2: Reconhecimento em relação ao tipo de violência previamente experimentado pelas participantes e seus respectivos agentes agressores

Violência psicológica		
Sofreram violência psicológica	n=325	Percentual
Sim	199	61,23%
Não	126	38,76%
Agressor da violência psicológica		
Não identificados	36	11,07%
Mãe	22	6,76%
Pai	28	8,61%
Irmãos	7	2,15%
Outros familiares	18	5,53%
Marido/companheiro	19	5,84%
Ex-marido/ex-companheiro	33	10,15%
Namorado	12	3,69%
Ex-namorado	41	12,61%

Amigos	7	2,15%
Pessoas de vínculo profissional	28	8,61%
Outros	16	4,92%

Violência física

Sofreram violência física	n=325	Percentual
Sim	95	29,20%
Não	230	70,76%

Agressor da violência física	n=325	Percentual
Não identificados	5	1,53%
Mãe	17	5,23%
Pai	19	5,84%
Irmãos	6	1,84%
Outros familiares	2	0,61%
Marido/companheiro	8	2,46%
Ex-marido/ex-companheiro	16	4,92%

Namorado	5	1,53%
Ex-namorado	15	4,61%
Amigos	1	0,30%
Pessoas de vínculo profissional	0	0,00%
Outros	3	0,92%

Violência sexual

Sofreram violência sexual	n=325	Percentual
Sim	85	26,15%
Não	240	73,84%

Agressor da violência sexual	n=325	Percentual
Não identificados	23	7,07%
Mãe	0	0,00%
Pai	0	0,00%
Irmãos	0	0,00%
Outros familiares	20	6,15%

Marido/companheiro	2	0,61%
Ex-marido/ex-companheiro	6	1,84%
Namorado	1	0,30%
Ex-namorado	16	4,92%
Amigos	13	4,00%
Pessoas de vínculo profissional	1	0,30%
Outros	10	3,07%

Violência patrimonial

Sofreram violência patrimonial	n=325	Percentual
Sim	52	16,00%
Não	273	84,00%

Agressor da violência patrimonial	n=325	Percentual
Não identificados	10	3,08%
Mãe	2	0,62%
Pai	7	2,15%

Irmãos	2	0,62%
Outros familiares	3	0,92%
Marido/companheiro	7	2,15%
Ex-marido/ex-companheiro	13	4,00%
Namorado	3	0,92%
Ex-namorado	6	1,85%
Amigos	1	0,31%
Pessoas de vínculo profissional	2	0,62%
Outros	2	0,62%

Violência moral

Sofreram violência moral	n=325	Percentual
Sim	135	41,54%
Não	190	58,46%

Agressor da violência moral

Não identificados	25	7,69%
-------------------	----	-------

Mãe	3	0,92%
Pai	8	2,46%
Irmãos	3	0,92%
Outros familiares	8	2,46%
Marido/companheiro	10	3,08%
Ex-marido/ex-companheiro	14	4,31%
Namorado	2	0,62%
Ex-namorado	14	4,31%
Amigos	4	1,23%
Pessoas de vínculo profissional	51	15,69%
Outros	4	1,23%

Tabela 3: Questionamentos descritivos acerca da vivência das vítimas nos diferentes tipos de violência

Variáveis	Nunca	Uma vez	Mais de uma vez	Sempre/cotidianamente
Você já foi humilhada, constrangida ou ridicularizada por alguém?	95 (29,23%)	65 (20,0%)	162 (49,84%)	3 (0,92%)
Alguém já ameaçou, perseguiu, vigiou, manipulou, chantageou ou explorou você?	179 (55,07%)	51 (15,69%)	94 (28,92%)	1 (0,30%)
Você já foi proibida de viajar, estudar, conviver com amigos, parentes ou expressar suas crenças?	226 (69,53%)	26 (8,0%)	70 (21,53%)	3 (0,92%)
Você já sofreu ofensas à integridade física?	185 (56,92%)	61 (18,76%)	76 (23,38%)	3 (0,92%)

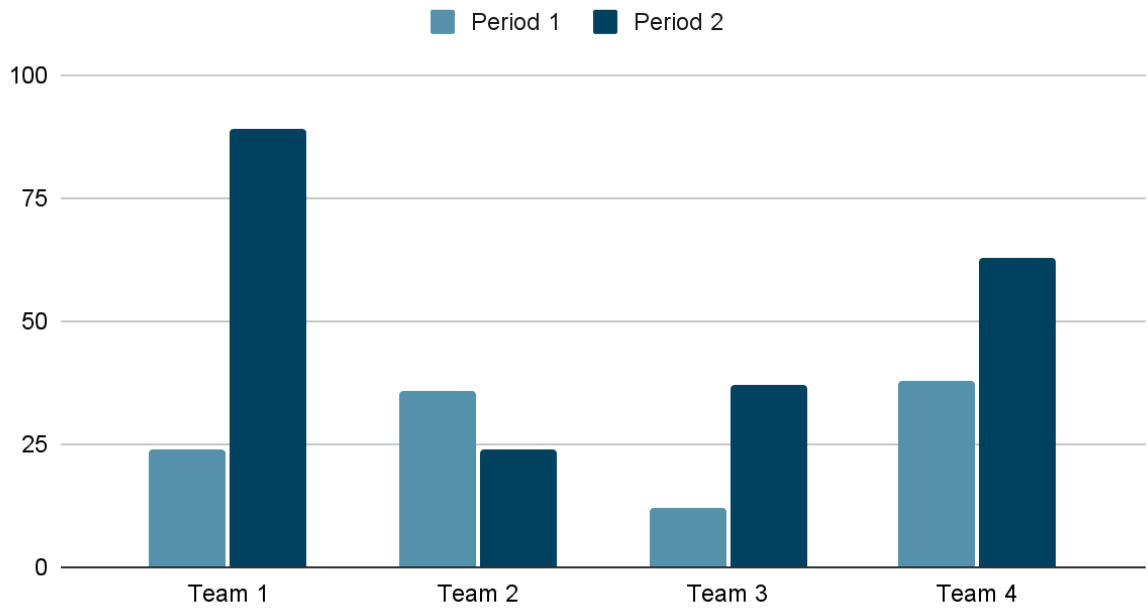
Alguém já atirou objetos em você, lhe empurrou, apertou, sacudiu, tentou estrangular ou sufocar?	207 (63,69%)	58 (17,84%)	60 (18,46%)	0 (0,0%)
Você já foi cortada ou perfurada?	299 (92%)	13 (4%)	13 (4%)	0 (0,0%)
Você já foi obrigada a participar de relações sexuais?	252 (77,53%)	43 (13,23%)	2 (0,61%)	0 (0,0%)
Você já foi proibida de usar anticoncepcional?	276 (84,92%)	20 (6,15%)	29 (8,92%)	0 (0,0%)
Você já foi coagida a realizar aborto?	306 (94,15%)	18 (5,53%)	1 (0,30%)	0 (0,0%)
Alguém já tentou controlar seu dinheiro ou já impediu de utilizar seus bens materiais?	287 (88,31%)	19 (5,85%)	18 (5,54%)	1 (0,31%)

Alguém já destruiu objetos ou documentos seus ou os teve falsificados?	300 (92,31%)	16 (4,92%)	9 (2,77%)	0 (0,0%)
Já foi obrigada a fazer financiamentos?	310 (95,38)	10 (3,08%)	5 (1,54%)	0 (0,0%)
Você já foi acusada indevidamente de traição, roubo ou algum crime?	234 (72%)	53 (16,31%)	38 (11,69%)	0 (0,0%)
Você já teve sua vida íntima exposta publicamente através de fotos, vídeos ou relatos?	292 (89,85%)	28 (8,62%)	5 (1,54%)	0 (0,0%)
Alguém já espalhou mentiras sobre você ou questionou seu caráter	166 (51,08%)	68 (20,92%)	89 (27,38%)	2 (0,62%)

Tabela 4: Fatores causais reconhecidos pelas participantes referentes aos tipos de violência

Fatores causais relacionados às respectivas violências	Não reconhece fatores ou não específica	Fatores sociais	Fatores psicológicos	Fatores profissionais
Violência psicológica	247 (76%)	37 (11,38%)	39 (12%)	2 (0,61%)
Violência física	252 (77,53%)	43 (13,23%)	0 (0,0%)	2 (0,61%)
Violência sexual	311 (95,69%)	13 (4,00%)	2 (0,61%)	0 (0,0%)
Violência patrimonial	315 (96,92%)	9 (2,77%)	1 (0,31%)	0 (0,0%)
Violência moral	258 (79,38%)	45 (13,85%)	9 (2,77%)	13 (4,0%)

Points scored



Points scored

